

Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC*

Sidney Jard da Silva
Ana Keila Mosca Pinezi
Artur Zimmerman

Resumo

Pretende contribuir para uma reflexão coletiva sobre o tema das ações afirmativas e das cotas no ensino superior brasileiro. A partir do estudo de caso da recém-criada Universidade Federal do ABC (UFABC), o trabalho procura responder se houve, de fato, ampliação e diversificação da base social da educação superior na região metropolitana do ABC Paulista; se houve mudanças institucionais para o recebimento desses novos grupos de estudantes; e se tais mudanças se expressaram no projeto pedagógico da instituição. A curta experiência da UFABC demonstra que a mera adoção do sistema de reserva de vagas (sociais e raciais) não é suficiente para a diversificação da base social do ensino superior, mas pode contribuir para a efetiva promoção de mudanças na estrutura institucional e organizacional das universidades brasileiras.

Palavras-chave: ensino superior; UFABC; ações afirmativas; sistema de cotas; perfil socioeconômico.

* Este artigo apresenta dados e análises preliminares referentes a uma agenda de pesquisa em andamento sobre a trajetória acadêmica dos alunos da Universidade Federal do ABC (UFABC). Agradecemos a colaboração da equipe da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (CDI/Propladi) da UFABC.

Trabalho apresentado com o título "Políticas de inclusão na UFABC: expectativas e resultados" no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades, realizado em Salvador, Estado da Bahia, de 7 a 10 de agosto de 2011.

Abstract

Affirmative action and regional inclusion: the UFABC experience

This paper contribution focuses on the collective reflection about the affirmative action theme and the higher education quota system in Brazil. Starting with a case study of the newly created Federal University of the ABC (UFABC), this article tries to answer whether there was an effective increase on the number of students and their diversification on a social basis in São Paulo's Greater ABC region; if there were institutional changes for the new students; and if those changes did reflect in the institutional pedagogic project. The short experience at the UFABC demonstrates that the simple adoption of the (social and racial) quota system isn't enough for the diversification of the Higher Education social basis, but that it could contribute to the effective promotion of changes in the institutional and organizational structure of the Brazilian universities.

Keywords: higher education; UFABC; affirmative action; quota system; socio-economic profile.

Introdução

Em 2001, os professores Rita Segato e José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), lançaram uma proposta de política de cotas para negros e vagas para índios para a referida universidade. Esse episódio gerou uma forte discussão, atravessada por conflitos, no meio acadêmico e nos meios de comunicação, que perdura até os dias de hoje.

Em 6 de junho de 2003, a UnB aprovava um Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social, que previa cotas para negros e vagas para índios (Carvalho, 2006). Assim, um grupo constituído por 15 indígenas pode, pela primeira vez na história brasileira, ingressar em uma universidade pública. No mês de agosto do mesmo ano, 378 negros ingressaram na universidade por meio das cotas.

Segundo Carvalho (2006), há quatro motivos fundamentais que justificam a urgência e a legitimidade do estabelecimento de políticas de cotas nas universidades públicas. São eles:

- o da reparação: os mais de 300 anos de escravidão dos negros no Brasil trouxeram consequências negativas inegáveis à população negra ao longo da história. Isso seria, então, compensado por uma política de cotas para negros nas universidades;

- o da cobrança de um direito: segundo a Constituição da República de 1988, todos os cidadãos têm direito a um tratamento igual no que tange a serviços públicos, inclusive o que diz respeito ao acesso ao ensino gratuito. Como há um percentual extremamente baixo de negros que estudam em universidades públicas, as cotas seriam uma forma de garantia do mínimo de direito à participação dos negros aos benefícios do Estado;
- o da participação de negros e indígenas no meio universitário: isso possibilitaria um enriquecimento da produção de saberes a partir da diversidade cultural presente no nosso País, trazendo, ainda, a oportunidade de repensar o preconceito e o etnocentrismo e, assim, combatê-lo;
- o da intensificação do combate ao racismo e à discriminação no Brasil: a presença dos negros no meio acadêmico propiciaria a abertura do debate do racismo e o seu enfrentamento.

A defesa das políticas de cotas também trouxe à tona o debate sobre o próprio “racismo acadêmico brasileiro”, implícito no discurso em defesa do universalismo dos critérios de acesso à universidade e subestimado pela comunidade científica. Segundo Carvalho (2006), o racismo acadêmico “tem sido estável, constante, intenso e generalizado”, o que exige uma crítica vigorosa do grupo que o reproduz.

Os defensores das políticas afirmativas observam que as políticas universalistas, em si mesmas, não são capazes de propiciar acesso às minorias excluídas, porque deixam de lado a diversidade de grupos e culturas.¹ Segundo esses autores, num país como o Brasil, multiétnico e multiculturalista, o universalismo torna-se, na prática, uma política de segregação e de exclusão social. É preciso, portanto, que sejam respeitadas as trajetórias peculiares dos grupos sociais (étnicos, de gênero, de sexo etc.), assim como seu repertório cultural e suas especificidades na formulação de políticas de ação afirmativa e de políticas públicas em geral.²

Não se pode, no entanto, pensar a inclusão de grupos excluídos do acesso à educação no Brasil reduzindo o debate à questão das cotas sociais e/ou raciais. As políticas de ações afirmativas no campo da educação, para além das cotas, devem centrar-se em propostas mais amplas que ultrapassem as políticas de caráter emergencial (Gonçalves, 2006). Políticas públicas no campo da educação só podem ter maior chance de êxito se pensadas em contextos gerais, em termos de sociedade, em que os diferentes elementos que compõem a identidade social e cultural da população de um país sejam valorizados, sem deixar de lado as peculiaridades regionais e locais dos grupos que serão por elas atendidos.

O presente artigo analisa a experiência empírica das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), motivado pelas seguintes questões propostas por este número especial da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep): I) houve ampliação da base social da educação superior, teria ela se diversificado?; II) houve

¹ O grupo mais proeminente na defesa das “políticas universalistas” concentrou-se nas universidades públicas de maior prestígio do País: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de São Paulo (USP) (Carvalho, 2006).

² Vale a pena notar os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 1999, sobre a taxa de analfabetismo da população de 25 anos, que aponta as diferenças entre os diversos grupos da população brasileira: “Verificando os dados do Ipea, constatamos que a taxa nacional de analfabetismo dos brancos é de 10,4%, no Brasil; dos pardos, 25,2%; dos negros, 25,9%. Se somarmos negros e pardos, encontraremos um percentual de 50% da população negra que é analfabeta” (Brito, 2006, p. 115).

mudanças institucionais para o recebimento desses novos grupos?; III) tais mudanças se cingiram à organização administrativa ou se expressaram também em projetos pedagógicos?

Ações afirmativas na UFABC

Este espaço seria pequeno para eu lhe contar a história de mais de 25 anos de lutas da população do Estado de São Paulo, em geral, e dos municípios das 7 cidades que compõem o Grande ABC, em particular, para a criação, aqui nesta região, desta nova universidade.

Hermano de Medeiros Ferreira Tavares
Mensagem do Reitor – Vestibular 2007.

Em 11 de setembro de 2011, a UFABC celebrou seus primeiros cinco anos. O projeto de lei de criação da nova universidade foi apresentado ao Congresso Nacional em julho de 2004 e sancionado pelo Presidente da República em julho de 2005 (Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005). Um ano depois, a universidade entrou em atividade em um prédio alugado na cidade de Santo André, região metropolitana do ABC Paulista.³

A celeridade na sanção do projeto de lei de criação da nova universidade e a decisão de iniciar suas atividades em instalações provisórias são indicativas do sentido de urgência impresso na criação da primeira universidade pública da região do Grande ABC.⁴

Por ocasião do início das atividades da UFABC, o ABC Paulista contava com a oferta de 45.000 vagas de ensino superior para uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Entre os matriculados nas instituições de ensino superior existentes na região, 65% estavam em instituições privadas, 20% em instituições municipais e 15% na rede comunitária filantrópica. (UFABC, 2007).

A criação da nova universidade teve como um dos seus principais objetivos preencher essa “lacuna de oferta de educação superior pública na região” (UFABC, 2007). Destaca-se, nesse caso, a política ousada de oferta de vagas praticada pela instituição já nos seus primeiros anos de atividade: 1.500 vagas anuais, das quais 50% foram reservadas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.⁵ A expectativa era que de, em pleno funcionamento, a UFABC seria responsável por aproximadamente 15% da oferta de vagas da região.⁶

O primeiro vestibular da UFABC, organizado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), foi realizado em julho de 2006 em duas fases, nos dias 16 e 30. Entre as 1.500 vagas oferecidas no processo seletivo, 750 foram reservadas para alunos que haviam cursado o ensino médio integralmente em escola pública ou o ensino médio supletivo com o ensino fundamental em escola pública. Desse contingente, foram destinadas 204 vagas (27,3%) para negros e 2 (0,1%) para índios.⁷

³ O ABC Paulista compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

⁴ “Durante a construção de seu primeiro *campus*, a UFABC alugou dois prédios em Santo André, um para abrigar as atividades administrativas e parte dos professores e outro para a realização das atividades acadêmicas.” (UFABC, 2007, p. 12).

⁵ A partir de 2010, com a criação do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), a oferta foi incrementada em 200 vagas, sendo reservadas 850 (50%) para egressos de escolas públicas.

⁶ Em 2008, o Relatório de Gestão assinalava que “há de atentar que o ingresso anual de 1.500 alunos em um único curso, Bacharelado em Ciência e Tecnologia, é uma inédita e significativa distinção da UFABC em relação às demais Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)” (UFABC, 2008, p. 11). As previsões iniciais eram de que a universidade responderia por 25% das matrículas de alunos de baixa renda nas instituições públicas de ensino superior paulista. (Pinezi; Zimmerman; Silva, 2010). Em 2006, a UFABC já seria responsável por mais da metade das vagas ofertadas pelas universidades federais no Estado de São Paulo.

⁷ O critério adotado para as cotas foi a participação desses dois grupos na população da Grande São Paulo, segundo aferição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A primeira fase do vestibular contou com 12.508 candidatos inscritos, dos quais 8.784 cursaram o ensino médio em escolas públicas e 3.724 em escolas particulares. Na segunda fase, foram convocados 4.403 candidatos, dos quais 2.341 haviam concluído integralmente os estudos em instituições públicas e 1.972 em instituições privadas. No que se refere à autodeclaração de cor dos participantes da segunda fase do vestibular, 1.595 candidatos se declararam brancos (ou amarelos), 666 pardos, 155 negros e 15 indígenas (UFABC, 2007, p. 27).

A reparação de uma injustiça histórica com o “coração da indústria brasileira” foi uma das principais justificativas para a criação da UFABC. Conforme salientamos em trabalhos anteriores, “tratava-se de oferecer à população do ABC oportunidade de acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade à altura da importância econômica, política e social da região” (Pinezi; Zimmerman; Silva, 2010).

As motivações políticas e sociais que inspiraram a proposta de criação da nova universidade não encontraram igual ressonância nos documentos oficiais da instituição. Nos seus primeiros anos de atividade, as referências à inclusão social e à parceria com setores da sociedade civil (empresários, trabalhadores e poder público) ocupam papel secundário nos textos produzidos pela UFABC. No tocante às ações afirmativas, há apenas uma breve menção ao sistema de cotas no seu projeto pedagógico:

A UFABC está comprometida com ações voltadas para a inclusão social, que tenham por objetivo assegurar que todos os segmentos da sociedade estejam nela representados. Essas ações não se esgotam no âmbito do processo de admissão com sistema de cotas de recorte socioeconômico e racial, que está em discussão no Congresso Nacional. O processo pedagógico deve repudiar a postura elitizante em favor da integração social do estudante, levando-o a se debruçar sobre a História para compreender o mundo em que vivemos numa perspectiva pluralista. (UFABC, 2006b).

Afora a referência ao comprometimento da universidade com ações voltadas para a inclusão social, não há no projeto pedagógico da UFABC nenhuma menção explícita às ações afirmativas a serem praticadas para assegurar a efetiva representação dos diversos segmentos da sociedade brasileira no seu quadro discente. Tampouco há uma elaboração conceitual das políticas afirmativas a serem desenvolvidas pela universidade.

Essa notória ausência também é sentida em outros “Textos de Referência”, como é o caso do Estatuto e do Regimento geral. No primeiro caso, há apenas uma indicação genérica à integração de “grupos étnicos e sociais na UFABC”. No segundo, o tema sequer é mencionado (UFABC, 2006c).

A ausência de uma formulação mais elaborada das políticas de ação afirmativa teve como uma de suas principais consequências a não inserção de critérios que considerem o sistema de cotas sociais e raciais nos programas de assistência estudantil e de iniciação científica da universidade.

A UFABC conta com três programas básicos de assistência estudantil: I) a Bolsa-Auxílio Socioeconômica, II) o Auxílio Moradia e III) o Auxílio

Alimentação. Os dois primeiros foram regulamentados no segundo semestre de 2008 e o último no segundo semestre de 2009. Em nenhum dos casos, há ações específicas para os alunos que ingressaram por meio do sistema de cotas sociais e raciais.

O Programa Bolsa-Auxílio Socioeconômica tem como principal objetivo assegurar a permanência de alunos carentes na universidade. Foi originalmente implantado em 1º de outubro de 2007 e regulamentado em 7 de outubro de 2008. Em dezembro de 2010, atendia 778 alunos (18% dos matriculados) com renda *per capita* de até R\$ 600,00 por responsável financeiro (UFABC, 2006d).

O Programa Bolsa Moradia tem como público alvo os estudantes que tiveram que sair da sua moradia de origem para estudar na UFABC. Foi regulamentado em 29 de setembro de 2008 e, em dezembro de 2010, atendia 562 estudantes (13% dos matriculados) com renda *per capita* de até dois salários mínimos (UFABC, 2006d).

O Auxílio Alimentação é o mais universal dos programas de assistência implementados pela UFABC. Nesse caso, a universidade optou por oferecer um subsídio de R\$ 3,00 para todos os estudantes, 60% sobre o valor cobrado pela alimentação no Restaurante Universitário (RU). O Auxílio Alimentação foi regulamentado em 26 de novembro de 2009, sem nenhuma restrição socioeconômica em sua concessão.

Tabela 1 – Evolução dos Programas de Bolsas Assistenciais na UFABC

Programa	2007	2008	2009	2010
Bolsa-Auxílio Socioeconômica	70	247	422	700
Bolsa Moradia	–	164	580	506
Total	70	411	1.002	1.206

Fonte: CDI/Propladi (UFABC, 2006d).

Em três anos de atividade, os programas de bolsas assistências da UFABC experimentaram um rápido crescimento. A Bolsa-Auxílio Socioeconômica saltou de 70 em 2007 para 700 em 2010, enquanto a Bolsa Moradia foi de 164 em 2008 para 506 em 2010. No mesmo período, o número de alunos matriculados saltou de 934 em 2007 para 4.184 em 2010. Nesse último ano, aproximadamente 30% dos estudantes eram contemplados com as bolsas assistenciais.

Além dos assistenciais, a UFABC oferece diversos programas de iniciação científica: I) Programa Pesquisando desde o Primeiro Dia (PDPD); II) Programa de Iniciação Científica (PIC); III) Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic); IV) Programa Pibic – Ações afirmativas; e V) Programa Voluntário (PV).

Em todos esses casos, nenhum programa mantido integralmente pela UFABC leva em consideração o sistema de cotas adotado no vestibular da instituição. O critério é considerado apenas no Programa Pibic – Ações Afirmativas, devido à própria natureza institucional do programa

financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).⁸

O PDPD foi o primeiro programa de iniciação científica desenvolvido pela UFABC e tem como público-alvo os alunos ingressantes na universidade. É digno de nota que, em sua primeira versão, teve como principal objetivo assegurar a permanência na UFABC dos melhores classificados no vestibular e não dos alunos carentes, ao menos que estes estivessem entre os melhores classificados.

O PIC é um programa de iniciação científica mantido por recursos próprios da universidade, destinado aos alunos ingressantes ou aos veteranos. Para candidatar-se a ele, o aluno deve apresentar um projeto de pesquisa sob supervisão de um professor-orientador ou candidatar-se a um projeto de pesquisa previamente aprovado na Carteira de Ofertas de Iniciação Científica.

O Pibic é o programa de concessão de bolsas do CNPq, do qual a UFABC obtém uma quota institucional. Os critérios de concessão são definidos internamente pela universidade e são igualmente destinados a alunos ingressantes e veteranos. As inscrições para o PIC e para o Pibic são realizadas em edital único. Na definição dos candidatos aprovados, os melhores classificados têm preferência pela bolsa Pibic.

O Pibic – Ações Afirmativas é o único que considera o sistema de ingresso dos alunos, por exigência da própria natureza do programa financiado pelo CNPq. O edital para participação é anual e exclusivo para os alunos cotistas da universidade.

O PV é destinado a alunos que trabalham ou que possuam outras modalidades de bolsas da UFABC ou de outra agência de fomento à pesquisa. Nesse caso, o aluno não recebe uma bolsa da instituição. A oferta de vagas para esse programa é igualmente universal e publicada conjuntamente com os editais PDPD, PIC e Pibic.

A Tabela 2 representa o número de bolsas ofertadas e concedidas pela universidade no ano de 2009, excluídas as bolsas voluntárias.

Tabela 2 – Programas de Iniciação Científica na UFABC – 2009

Programa	Bolsas Disponíveis (Ofertadas)	Bolsas utilizadas (Concedidas)
PIC	300	200
PDPD	80	76
Pibic	60	58
Pibic – Ações Afirmativas	13	10
Total	453	344

Fonte: Watarai (2010).

⁸ A descrição a seguir foi baseada nos trabalhos desenvolvidos por Watarai (2010) e Brandão (2010).

Em média, são utilizados 76% do total das bolsas de iniciação científica ofertadas pela universidade: 97% das bolsas Pibic, 95% das

bolsas PDPD, 77% das bolsas Pibic – Ações Afirmativas e 67% das bolsas PIC. Os números indicam, no caso das bolsas PIC, mantidas integralmente pela universidade, um percentual de 33% de bolsas ociosas.⁹ Essa situação foi agravada pela desistência dos bolsistas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Para o mesmo ano de 2009, houve 47 desistências no programa PIC, 19 no PDPD e 7 no Pibic (Brandão, 2010, p. 34).¹⁰

Contudo, para fins deste trabalho, mais do que registrar o número de vagas ociosas e de desistências nos programas de iniciação científica da UFABC, o que realmente importa é registrar o divórcio entre os programas de assistência estudantil e de iniciação científica da universidade e o sistema de cotas sociais e raciais desenvolvido pela instituição.

Nenhum dos programas assistenciais ou de iniciação científicas, cujos critérios são definidos internamente pela universidade, considera o sistema de ingresso dos alunos como um elemento importante na concessão de auxílios assistências e de bolsas acadêmicas.¹¹ Em parte, essa ausência de critérios de acesso sociais e raciais aos programas de assistência e de iniciação científica da universidade é o reflexo da carência de um debate mais aprofundado sobre as políticas de ações afirmativas na UFABC.

Ao contrário do que ocorreu em outras universidades brasileiras, a UFABC nunca foi palco de um debate sistemático sobre a política de ações afirmativas. A reserva de vagas sociais e raciais foi inserida no edital do primeiro vestibular da instituição sem passar por um debate público na comunidade universitária recém-constituída. Desde então, prevalece certa inércia no que se refere a esse tema e não houve, até o momento, nenhuma grande manifestação contrária ou favorável às ações afirmativas praticadas pela universidade.

No que diz respeito às mudanças institucionais relativas ao recebimento dos novos grupos sociais, notadamente dos beneficiários da política de cotas da UFABC, a principal mudança organizacional foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (Proap).

A criação de uma pró-reitoria de ações afirmativas foi inicialmente proposta pela UFABC ao Ministério da Educação (MEC) na assinatura da proposta de Pactuação da Revisão da Estrutura Organizacional das Universidades Federais (Brasil, 2008). Na ocasião, propôs-se a criação de duas novas pró-reitorias: a Pró-Reitoria de Planejamento e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.¹²

A proposta de criação de uma pró-reitoria de ações afirmativas foi retomada por ocasião da consulta à comunidade para eleição do primeiro reitor¹³ e foi bem recebida pela comunidade acadêmica, especialmente por alunos e servidores técnico-administrativos.

Com a confirmação do nome do professor Hélio Waldman como primeiro reitor eleito da UFABC, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas retornou para agenda das mudanças organizacionais a serem realizadas pela universidade. Em 10 de dezembro de 2010, o Conselho Universitário (Consuni) criou a Proap.¹⁴

A criação da Proap marca um momento importante no desenvolvimento das políticas de ações afirmativas na UFABC. Aquilo que, até muito

⁹ Em 2010, todas as bolsas Pibic e PDPD foram utilizadas, 70 no primeiro programa e 90 no segundo. No caso das bolsas PIC, foram utilizadas 260 das 300 ofertadas e no caso das bolsas Pibic – Ações Afirmativas foram concedidas 12, em um total de 14 disponibilizadas.

¹⁰ A autora não registrou desistência no programa Pibic – Ações Afirmativas.

¹¹ Exceto, como já foi notado anteriormente, o programa Pibic – Ações Afirmativas.

¹² A Propladi foi criada em 6 de abril de 2009.

¹³ Até 8 de fevereiro de 2010, a UFABC tinha sido dirigida por reitores *pro tempore*: Hermano Tavares (2005-2006), Luiz Bevilacqua (2006-2008) e Adalberto Fazzio (2008-2010).

¹⁴ A Proap foi criada pelo Consuni em 17 de dezembro de 2010.

recentemente, era um “não problema” passa agora ao *status* privilegiado de temática específica de uma das sete pró-reitorias da instituição. Até o momento, a Proap não apresentou nenhuma proposta específica de políticas afirmativas para a comunidade acadêmica, mas com o seu surgimento é de se esperar que, em breve, esse tema venha ocupar um papel de maior relevância na agenda política da UFABC.¹⁵

Considerando o curto espaço de tempo transcorrido desde o início das atividades da nova pró-reitoria, ainda é cedo para desenvolvermos uma análise exaustiva sobre as suas principais realizações. No entanto, para fins deste artigo, mais do que um balanço das atividades desenvolvidas pela Proap, o que realmente importa é registrar essa importante mudança na estrutura organizacional diretamente relacionada ao tema das ações afirmativas e das cotas.

Na próxima seção do trabalho, demonstramos que, no tocante à ampliação e à diversificação da base social da educação superior na região metropolitana do Grande ABC Paulista, a mera adoção do sistema de cotas revelou-se insuficiente para atrair de forma continuada novos segmentos sociais e raciais aos processos seletivos (vestibulares) realizados pela UFABC. Observou-se, ao contrário, uma tendência de elitização do perfil socioeconômico dos seus primeiros vestibulandos.

Fonte de dados e variáveis selecionadas

Durante os três primeiros processos seletivos da UFABC, foram coletados dados socioeconômicos de 30.328 candidatos (12.508 para o primeiro vestibular, em 2007; 9.392 para o segundo, em 2008; e 8.428 para o terceiro, em 2009). O questionário aplicado pela Vunesp, em cada um dos três anos em que foi responsável pela seleção dos candidatos, contou com 46 questões que visavam identificar o perfil socioeconômico dos vestibulandos.¹⁶

Devido às limitações de espaço do presente artigo, as variáveis analisadas neste trabalho são: local de residência, origem escolar (pública ou privada) e autoidentificação de raça/cor.¹⁷ Essas variáveis estão diretamente associadas às principais políticas de inclusão definidas pela universidade: oferta de novas vagas públicas para os jovens da região do Grande ABC Paulista, reserva de vagas (50%) para egressos das escolas públicas e cotas para negros (pretos e pardos) e indígenas.

Há relativa escassez de informações estatísticas sobre os jovens egressos do ensino médio brasileiro.¹⁸ Em geral, não são divulgados dados sistemáticos sobre o perfil socioeconômico dos candidatos ao ensino superior, tanto os candidatos às vagas nas novas instituições de ensino criadas nos últimos anos quanto os candidatos às universidades tradicionais. Dessa forma, as políticas públicas praticadas tendem a não levar em consideração as necessidades materiais e as características sociais dos que deveriam ser beneficiados por elas. Daí a importância de se conhecer dados empíricos sobre os potenciais beneficiários das políticas de inclusão no ensino superior.¹⁹

¹⁵ É importante registrar que o primeiro Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas da UFABC foi indicado apenas mais recentemente em 10 de fevereiro de 2011, o professor Joel Felipe, que ocupava o cargo de Assessor de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas desde 13 de julho de 2010.

¹⁶ Todos os candidatos inscritos deveriam responder às perguntas. Portanto, as informações compreendem toda a população estatística e não apenas uma amostra dos vestibulandos, o que aumenta a confiabilidade dos dados analisados.

¹⁷ Os dados completos da pesquisa incluem mais de 21 variáveis selecionadas do total de 46 questões aplicadas aos primeiros vestibulandos.

¹⁸ É digna de nota a análise comparativa do perfil dos ingressantes da UFABC (Santo André), Unifesp (Guarulhos) e USP (Leste) realizada por Barreyro e Aureliano (2009).

¹⁹ Nesse sentido, a proposta deste trabalho é também oferecer um diagnóstico inicial sobre os dados que se apresentam e, dessa forma, contribuir para o preenchimento de parte dessa lacuna na produção acadêmica e na formulação de políticas educacionais que possam utilizá-los.

A experiência da UFABC, embora devam ser levadas em conta suas peculiaridades, pode servir como uma referência para a reflexão da maneira pela qual políticas públicas de acesso ao ensino superior foram recentemente implantadas no Brasil, em particular já associadas à criação de novas universidades, fruto da expansão universitária implementada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Ainda há de se chamar a atenção para o fato de que a UFABC encontra-se em uma região não só de uma expressiva densidade demográfica, mas também de uma notável efervescência no âmbito da política institucionalizada, contando com a ampla e vigorosa militância política de parte da população por meio de partidos políticos e de sindicatos, cuja agência é conhecida historicamente.²⁰ Essas são questões importantes para se avaliar esse tipo de política social de inclusão educacional sobre o qual este trabalho se debruça.

Perfil socioeconômico dos vestibulandos

Como vimos nas seções anteriores, o primeiro processo seletivo de ingresso em forma de vestibular da UFABC foi realizado em duas etapas: a primeira fase no dia 16 de julho de 2006 e a segunda no dia 30 de julho de 2006. Neste ano, participaram do processo seletivo 12.508 candidatos.²¹

Esses candidatos concorreram a uma das 1.500 vagas do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), único curso de ingresso na UFABC. Trata-se de um bacharelado interdisciplinar de três anos de duração que tem como principal objetivo oferecer aos estudantes uma formação “extensa” e em “profundidade”, a qual os qualificará para futuramente ingressarem em uma das engenharias, licenciaturas ou bacharelados oferecidos pela universidade.²² Caso desejem, também podem optar por finalizar seus estudos e parar nessa fase (BCT), recebendo um diploma de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Como observamos anteriormente, o sistema de cotas adotado pela UFABC estabelece que metade das vagas (750) seja reservada para os alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública; dessas vagas, 27,3% são reservadas para alunos de cor negra (pretos e pardos) e 0,1% para indígenas. Nesse ponto, cumpre ressaltar que o sistema adotado pela instituição antecipou-se ao projeto de lei de cotas para as universidades públicas em análise no Senado Federal (Projeto de Lei da Câmara 180/08).

Não obstante o pioneirismo do sistema de cotas da recém-criada universidade, que atraiu um grande número de egressos das escolas públicas para o seu primeiro vestibular, o perfil socioeconômico dos vestibulandos da UFABC mudou rapidamente em três anos de processos seletivos (2007, 2008 e 2009), apresentando uma tendência de desregionalização e elitização dos candidatos.

A análise desta seção do trabalho está concentrada nas variáveis mais diretamente relacionadas às políticas de inclusão regional e social

²⁰ Ver, por exemplo, os trabalhos de Arbix (1996), Boito Jr. (1991; 1999), Keck (1991), Meneguello (1989), Rodrigues (1997; 1999).

²¹ Os selecionados foram divididos em três turmas de ingresso: setembro de 2006, fevereiro de 2007 e maio de 2007. Para fins deste trabalho, identificaremos este primeiro vestibular como 2007, ano de matrícula do maior contingente de alunos.

²² No total, são oferecidos oito engenharias, cinco bacharelados e quatro licenciaturas.

praticadas pela universidade, quais sejam: I) a oferta de novas vagas públicas na região do ABC Paulista; II) a reserva de vagas para os estudantes das escolas públicas; e III) as ações afirmativas para negros e indígenas.

A pesquisa revela que, ao contrário do que seria esperado, ao longo dos seus primeiros anos de atividade, não obstante as ações afirmativas adotadas, a UFABC apresentou tendência decrescente de atração dos candidatos originários do Grande ABC, de egressos das escolas públicas e de negros e indígenas.

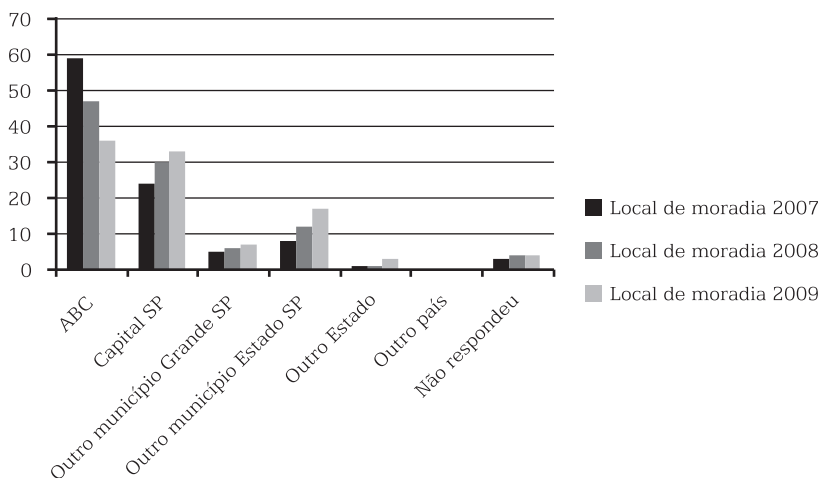


Gráfico 1 – Local de Moradia dos Candidatos

Fonte: Questionário Socioeconômico e Cultural (UFABC/Munesp 2007, 2008, 2009).

O primeiro vestibular realizado pela UFABC atraiu um grande número de candidatos da região metropolitana do ABC, aproximadamente 60% dos vestibulandos, seguidos pelos candidatos da cidade de São Paulo, com 25%. Em parte, a grande participação regional no primeiro processo seletivo é explicada pela “demanda reprimida” em uma região que, até o momento, não contava com nenhuma instituição pública gratuita de ensino superior.

Contudo, no decorrer dos seus primeiros três anos de atividade, houve uma tendência de redução da participação dos candidatos oriundos da região do ABC e aumento dos candidatos de outros municípios do Estado de São Paulo, em especial, da capital paulista (situada a menos de 15 quilômetros do *campus-sede* da universidade). Enquanto a participação dos candidatos da região caiu de aproximadamente 60% para pouco mais de 35%, a dos candidatos da capital aumentou de 25%, aproximadamente, para mais de 30%, quase se igualando à de candidatos do ABC Paulista.

Os dados coletados na pesquisa também indicaram uma redução do percentual de candidatos que nasceram no ABC Paulista: de 47% em 2007 para 38% em 2008 e 32% em 2009. Os nascidos na capital paulista, por sua vez, aumentaram sua participação de 25% em 2007 para 30% em 2008 e 34% em 2009. A participação de candidatos de outros municípios

da Grande São Paulo e do Estado de São Paulo também aumentou nesse período.

Ambas as tendências apontam que, muito embora uma das principais justificativas para a criação da UFABC tenha sido a reparação de uma “injustiça histórica” com a região, a universidade tem apresentado uma tendência decrescente de atrair candidatos originários (moradores ou nascidos) do ABC Paulista.

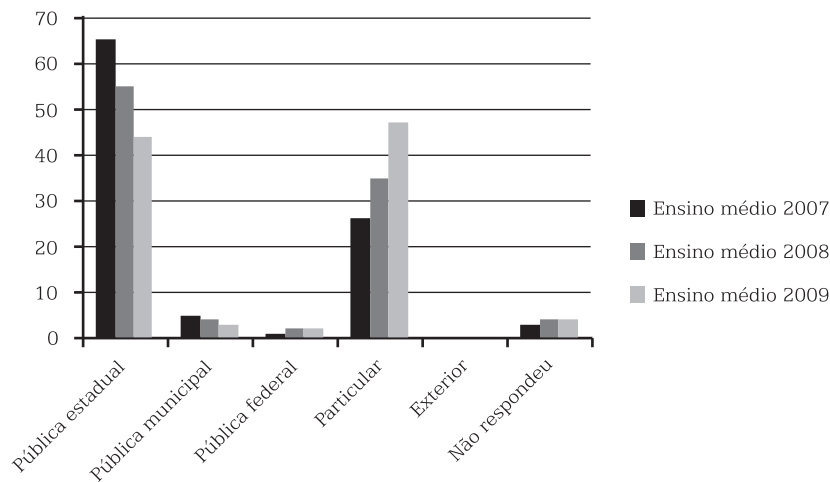


Gráfico 2 – Origem do Candidato por Categoria da Instituição de Ensino

Fonte: Questionário Socioeconômico e Cultural (UFABC/Vunesp, 2007, 2008, 2009).

Apesar da reserva de vagas para os alunos de escolas públicas (50%), pode-se notar que há uma queda substancial no número de candidatos oriundos de instituições públicas de ensino (de aproximadamente 65% para 45%) e um aumento significativo de alunos provenientes de escolas particulares (de 25% para mais de 45%). Esse fato evidencia que uma política efetiva de inclusão de alunos que estudaram em escolas públicas não se sustenta apenas com a reserva de vagas por meio do sistema de cotas.

Nesse ponto, cumpre observar que, ao contrário do que ocorreu no primeiro vestibular – cuja inspiração foi o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no qual são requeridas mais as habilidades de raciocínio e interpretação –, nos vestibulares posteriores, a UFABC optou pela cobrança de conhecimento em termos de conteúdo adquirido no ensino médio, por considerar que o nível de seus primeiros ingressantes não era satisfatório em termos desses conteúdos. Além disso, conforme observa Oliveira (2010, p. 81):

Sensível a pressões, a Comissão de Processos Seletivos (2007/2009) inventou uma fórmula que acabou dificultando o acesso dos alunos-trabalhadores: inverteu a prioridade entre a classificação por nota e a opção de turno. Assim, entre os ingressantes de 2009 houve mais alunos de 17 ou 18 anos no período noturno e a porcentagem de ingressantes moradores da região do ABC caiu drasticamente.

No mesmo período, também se verificou uma queda abrupta na proporção de vestibulandos que cursaram o ensino médio no período noturno: de 40% no primeiro vestibular (2007) para 4% no segundo (2008) e 3% no terceiro (2009). Esses dados corroboram a tese de que o perfil do candidato, a partir do segundo vestibular, mudou significativamente, apontando para um processo de elitização, em especial, no que se refere à origem escolar dos vestibulandos, predominantemente de escolas particulares e do período diurno.

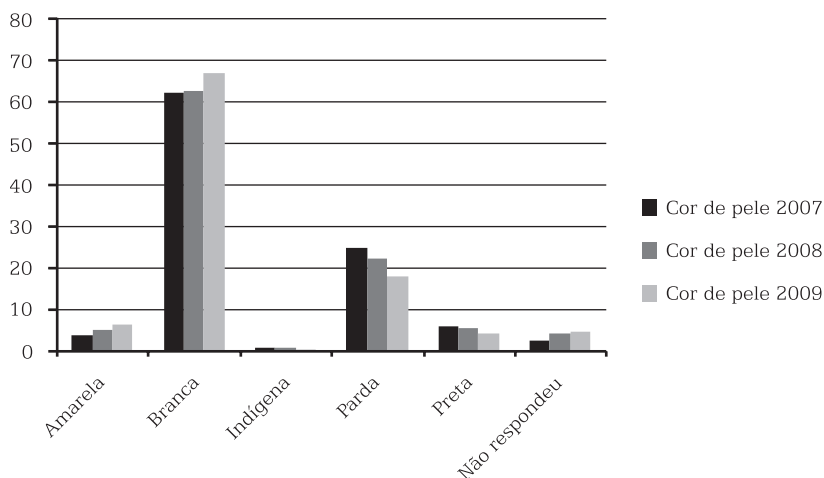


Gráfico 3 – Percentual de Candidatos por Cor de Pele

Fonte: Questionário Socioeconômico e Cultural (UFABC/Vunesp 2007, 2008 e 2009).

Podemos notar, no Gráfico 3, que também houve decréscimo de pretos e pardos candidatos ao ingresso na UFABC. No primeiro processo seletivo, 30,7% dos candidatos se identificaram como negros (pretos e pardos), 27,6% no segundo e 22% no terceiro. Inversamente, ocorreu aumento de candidatos brancos aspirantes ao ingresso nessa instituição: 62,3% no primeiro processo seletivo, 62,7% no segundo e 67,1% no terceiro. O percentual dos candidatos autoidentificados como amarelos também aumentou: 3,8%, 5,1% e 6,1%, respectivamente.

Esses dados indicam que as políticas de inclusão adotadas, cotas para negros e indígenas, foram relativamente atrativas no primeiro processo seletivo da UFABC. No entanto, os vestibulares posteriores mostram que o perfil do candidato está mudando e que a universidade tem atraído um número maior de candidatos oriundos de camadas mais abastadas da sociedade, predominantemente brancos.

Essa tese é confirmada pelos dados relativos à renda familiar dos candidatos, coletados durante a pesquisa. No primeiro processo seletivo, preponderaram candidatos com renda entre R\$ 500,00 e R\$ 2.999,00. Há, no entanto, especialmente no terceiro vestibular, um aumento bastante elevado de vestibulandos que apresentam renda mensal entre R\$ 3.000,00 e R\$ 9.999,00. Os candidatos nessa faixa de renda mais do que dobraram a

sua participação no vestibular, de 15% no primeiro para 34% no terceiro. Pode-se, então, aferir que a tendência de elitização dos candidatos ao ingresso na UFABC aparece como um processo contínuo nos três primeiros processos seletivos organizados pela universidade.

Nesses termos, as análises preliminares sobre os candidatos aos primeiros vestibulares indicam que, muito embora tenha havido uma ampliação da base social dos egressos do ensino médio, notadamente no primeiro vestibular (2007), não é possível afirmar que houve uma diversificação dessa mesma base social. Com efeito, os vestibulares posteriores (2008 e 2009) mostram um processo de elitização entre os vestibulandos da UFABC: predominantemente paulistanos brancos de classe média.

Esses achados também alertam para a ineficiência do uso de velhos métodos de seleção (vestibular) para a inclusão de novas camadas sociais no ensino superior. Se, por um lado, as ações afirmativas praticadas pelas universidades brasileiras buscam incluir novas camadas sociais, por outro, instrumentos tradicionais de seleção, como o vestibular, acabam por atrair os candidatos mais abastados para os processos seletivos dessas instituições.²³

Considerações finais

Os dados apresentados apontam para duas questões essenciais. Uma delas é a de que “ações afirmativas solitárias”, isto é, ações elaboradas e implementadas sem que haja imbricação com outras políticas públicas, revelam fragilidades e limitações. Assim, políticas de ação afirmativa precisam ser vistas dentro de um contexto mais amplo em que outras políticas públicas se coadjuvam para que haja, de fato, mudanças no que tange à inclusão educacional. Além disso, é necessário que essas ações afirmativas sejam suportadas e legitimadas pela comunidade universitária. Sobre essa questão, a afirmação de Zoninsein (2006, p. 75) é bastante propícia:

(...) as AA [ações afirmativas], por si só, não fornecem nenhum mecanismo automático para transformar os ganhos diretos das elites em ganhos para as minorias como um todo. Os efeitos líquidos das AA dependem da força das organizações civis da sociedade e do capital social dos grupos minoritários.

Como vimos no caso da UFABC, as políticas de ações afirmativas, notadamente o sistema de cotas, foram criadas juntamente com a universidade e não passaram por um processo de debate e reflexão por parte da comunidade acadêmica. Assim, se por um lado não há publicamente opositores às políticas praticadas pela instituição, por outro também não há defensores de sua ampliação e legitimação.

A desconexão entre o sistema de cotas e os programas de assistência social e de iniciação científica também aponta para a necessidade da implementação de políticas afirmativas “complementares” na instituição, isto é, que deem suporte para que o público alvo de uma determinada ação

²³ É importante registrar que a partir de 2010 a UFABC adotou o novo Enem como critério único de entrada para a universidade. Assim, novas pesquisas estão em andamento para avaliar se houve mudanças no perfil socioeconômico dos ingressantes.

afirmativa, como é o caso aqui apresentado, possa não só ultrapassar as barreiras de acesso, mas seguir e manter-se no caminho proposto: o da realização e da conclusão de um curso universitário.²⁴

A outra questão essencial diz respeito à maneira pela qual se articulam velhas formas de acesso à universidade, como o vestibular, e a introdução de novas maneiras de promover a inclusão educacional. As ações afirmativas, por exemplo, são obstaculizadas pelo formato de acesso à universidade via vestibular, pois tradicionalmente essa é a via pela qual aqueles que fazem parte das elites brasileiras acessam o ensino superior. Portanto, é bastante contraditória a mescla de dois instrumentos de acesso que, em essência, possibilitam a entrada de públicos tão diferentes. Essa contradição pode ser vista nos resultados apresentados neste trabalho.

O caso da UFABC é paradigmático. Muito embora a universidade tenha adotado uma política pioneira de reserva de vagas (50%) para egressos de escolas públicas e, dentro deste contingente, cotas para negros (27,3%) e indígenas (0,1%); a tendência verificada no perfil socioeconômico dos candidatos ao vestibular foi de elitização, ao contrário do que era esperado pela prática das ações afirmativas.

Os três processos seletivos realizados pela universidade apresentaram tendência decrescente de participação de candidatos da região do ABC, de egressos de escolas públicas e de negros e indígenas, bem como de estudantes de famílias de baixa renda e oriundos dos cursos noturnos. Inversamente, os vestibulares da UFABC têm atraído um maior número de candidatos da capital paulista, egressos de escolas particulares, brancos, oriundos de cursos diurnos e de maior renda familiar.

A experiência particular da UFABC parece indicar as seguintes respostas para as questões propostas por este número da Rbep que motivaram a realização deste trabalho:

- 1) Sim, houve ampliação da base social dos egressos de ensino médio, em especial no primeiro vestibular da universidade, mas a diversificação dessa base social foi efêmera. Ao longo dos seus primeiros vestibulares, verificou-se um processo de elitização e desregionalização dos vestibulandos.
- 2) A principal mudança institucional verificada na estrutura administrativa da UFABC foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, a qual tem como principal tarefa desenvolver uma política sistemática de ações afirmativas na universidade.
- 3) A julgar pela análise dos principais textos de referência da UFABC (Projeto Pedagógico, Estatuto, Regimento Geral) bem como dos editais de concessão de bolsas assistenciais e de iniciação científica, a adoção do sistema de cotas no vestibular não foi suficiente para promover uma reformulação do projeto pedagógico da universidade, no sentido de incluir as políticas de ações afirmativas como um dos seus principais pilares.

²⁴ Está em andamento a segunda fase desta pesquisa: análise dos dados socioeconômicos dos alunos efetivamente matriculados na UFABC. Durante o período de matrícula para o terceiro quadrimestre de 2009, foi aplicado um *survey* eletrônico de 61 questões para a totalidade da população de estudantes da universidade. O preenchimento atingiu a marca de 2.599 formulários com quase todas as perguntas respondidas (menos de 1% dos questionários foram enviados em branco). Em agosto de 2010, foi aplicado um *survey* de mesma natureza que teve a participação de 3.812 alunos de um total de 4.184 (91% dos matriculados).

Diante desses achados preliminares, este texto apresenta-se como uma provocação que reporta ao desafio de uma contínua investigação, a fim de compreendermos, mais apurada e claramente, o cenário que se arma neste momento histórico no campo da inclusão social, especialmente no campo da educação superior, com a intervenção de políticas públicas que, a despeito de seus méritos e intenções, precisam ser avaliadas, revistas e, possivelmente, refinadas e reelaboradas.

Referências bibliográficas

ARBIX, G. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

BARREYRO, G. B.; AURELIANO, A. F. *Perfil dos estudantes de universidades públicas do Estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades?* Trabalho apresentado no Meeting of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brazil, June 11-15, 2009.

BLANES, D. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de programas sócio-assistenciais. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, Hucitec, 1991.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRANDÃO, D. M. *Principais motivos da evasão de alunos dos programas de iniciação científica da UFABC*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2010.

BRASIL. *Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005*. Institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11145.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Pactuação da revisão da estrutura organizacional das universidades federais (convênio de cooperação técnica)*. Brasília, 2008.

BRITO, B. R. P. A experiência de ações afirmativas da PUC/Minas. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Org.). *Afirmando direitos: acesso*

e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAPRIGLIONE, L.; TAKAHASHI, F. Um em quatro aprovados desiste da USP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 mar. 2011. Cotidiano, p. 1-2.

CARVALHO, J. J. Ações Afirmativas como base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, L. A. O. Ações Afirmativas no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KENNEDY, P. *A Guide to Econometrics*. 5th ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 2003.

KECK, M. E. *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

MARCHELLI, P. S. O novo projeto universitário no Brasil e o foco no currículo interdisciplinar. *Revista e-Curriculum, PUC/SP*, São Paulo, v. 3, n. 1, dez. 2007.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, G. A. G. de. *Interdisciplinaridade e inclusão social no processo de implantação da Universidade Federal do ABC: da proposta à prática*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINEZI, A. K. M.; ZIMERMAN, A.; SILVA, S. J. Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: velhos instrumentos para novos projetos. Trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de Educación Superior, realizado em Havana, Cuba, de 8 a 12 de fevereiro de 2010.

RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). *Manual do candidato*: 2006. Santo André, 2006a. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br/>>

index.php?option=com_content&view=article&id=547&Itemid=224>.
Acesso em: 18 abr. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). *Projeto pedagógico*. Santo André, 2006b. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projetopedagogico.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

_____. *Estatuto*. Santo André, 2006c. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=397&Itemid=73>. Acesso em: 4 mar. 2011.

_____. *UFABC em números*. Santo André, 2006d. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1013&Itemid=243>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. *Relatório de gestão: 2006*. Santo André, 2007. Relatório.

_____. *Relatório de gestão: 2007*. Santo André, 2008. Relatório.

WATARI, L. *Iniciação científica na UFABC: motivos que levam a procura ser menor do que a quantidade de bolsas ofertadas*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do ABC, 2010.

ZONINSEIN, J.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa e desenvolvimento. In: ZONINSEIN, J.; FERES JÚNIOR, J. (Org.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Ed. UnB, 2006.

ZONINSEIN, J. Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil? In: ZONINSEIN, J.; FERES JÚNIOR, J. (Org.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Ed. UnB, 2006.

Sidney Jard da Silva, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor adjunto III da Universidade Federal do ABC (UFABC), desempenhando docência, pesquisa e extensão.

sidney.jard@ufabc.edu.br

Ana Keila Mosca Pinezi, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), é professora adjunta III da Universidade Federal do ABC (UFABC), desempenhando docência, pesquisa e extensão. É coordenadora do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

ana.pinezi@ufabc.edu.br

Artur Zimmerman, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor adjunto II da UFABC, desempenhando docência, pesquisa, extensão. É coordenador do bacharelado em Políticas Públicas da UFABC.

artur@ufabc.edu.br

Recebido em 20 de abril de 2011.

Aprovado em 21 de dezembro de 2011.